Lutas de Classes na Pan-Amazônia: A organização dos povos indígenas frente à atuação do BNDES

Class Struggles in the Pan Amazon: The organization of indigenous people across the work of the BNDES

João Paulo de Oliveira Moreira¹

Recebido em 26/01/2016 e aceito em 14/05/2016.

Resumo: Neste artigo apresentamos as lutas indígenas em parte da região Pan-Amazônica (Equador, Peru e Bolívia), a partir do financiamento da internacionalização de empresas brasileiras promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que desenvolve obras onde expropriam os povos tradicionais desta região, levando à devastação da natureza e consequentemente do próprio modo de vida nativo. Nesse caso, iremos apresentar algumas das obras financiadas pelo BNDES entre os anos de 2003-2014, com destaque para as suas consequências socioambientais e a agudização das lutas de classes.

Palavras-Chave: Pan-Amazônia; BNDES; lutas de classes.

Abstract: This paper presents the indigenous struggles in the Pan Amazon region (Ecuador, Peru and Bolivia), from financing the interna-

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Mestre em História Social pelo PPGH-UFF e faz parte do POLIS – Laboratório de História Econômica da UFF. E-mail: jpffpgramsci@hotmail.com

tionalization of Brazilian companies promoted by the National Bank for Economic and Social Development (BNDES), which develops works where expropriate people traditional in this region, leading to devastation of nature and consequently the native way of life itself. In this case, we will present some of the works financed by BNDES between the years 2003-2014, with emphasis on their social and environmental consequences and the sharpening of class struggles.

Keywords: Pan Amazon; BNDES; Class Struggles.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar brevemente as lutas de classes em parcela da Pan-Amazônia (Equador, Bolívia e Peru), impulsionadas pelo financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao processo de internacionalização das empresas brasileiras. O artigo procura desenvolver um pouco da atuação do Banco enquanto agência financiadora das multinacionais radicadas no Brasil nesta região e as consequências socioambientais que levam os diversos povos nativos a serem expropriados.

Durante o período 2003-2014, percebemos o acirramento das tensões entre, de um lado, projetos que defendem a expansão do capital via expropriações e, de outro, grupos que defendem políticas ambientais e de reconhecimento dos direitos e territórios dos povos tradicionais. Os modos de vida dos povos tradicionais, seus costumes, tradições e respeito à natureza, engendram uma verdadeira barreira aos interesses do grande capital monopolista.

Para tanto, faz-se premente analisar as dinâmicas e o funcionamento deste processo, compreendendo os antagonismos entre Meio-Ambiente-Natureza X Expansão do capital, ressaltando a organicidade dos povos tradicionais, com propostas que não apenas focalizam a preservação da natureza, mas a própria superação da ordem vigente.

1. O BNDES ENQUANTO AGÊNCIA FINANCIADORA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

No decorrer dos anos 90, os governos brasileiros construíram um caminho para a internacionalização da economia e para a inserção das empresas do país para fora, sobretudo com o processo de privatizações, liberalização das importações e do fluxo de capitais².

Nesse contexto, o BNDES auxiliou na construção dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), projeto que buscava um planejamento do território brasileiro de forma regionalizada, redundando no ano 2000 na “Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA):

A perspectiva da integração regional adotada a partir de então segue a perspectiva do “regionalismo aberto” preconizada pelo Banco Mundial, voltada para a liberalização do comércio e dos investimentos, aprofundando o modelo de inserção competitiva.

São grandes projetos viários, energéticos e de comunicações associados a medidas de “convergência regulatória” que favorecem a desregulação, viabilizando a consolidação dos oligopólios privados na região. Os eixos e projetos da IIRSA são voltados para a competitividade externa da região e não para gerar interdependência entre os países sul-americanos. Dos 31 projetos prioritários até 2010, oito projetos encontram-se em execução e todos envolvem o Brasil como contraparte, deixando claro também o papel de liderança do país na implementação dessa infraestrutura regional de exportação (BADIN; PINTO; SISTON; TAUTZ, 2010:252-253).

2 GARCIA, 2009:13; O impulso para a internacionalização das empresas brasileiras vem sendo operado por meio de uma transferência monumental de recursos públicos, e nesse sentido os fundos públicos também assumem um papel fundamental para o fortalecimento de conglomerados no período citado (BADIN; PINTO; SISTON; TAUTZ, 2010: 249-252).

Durante o governo de Luis Inácio da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), o financiamento da internacionalização de empresas nacionais, de setores considerados estratégicos (mineração, siderurgia, etanol, agropecuária, hidroelétrico etc.), foi uma política central, com um aporte que, juntos, receberam cerca de meio trilhão de reais durante todo o período Lula³.

Entre 2003 e 2014, o BNDES financiou cerca de trinta projetos em toda a Pan-Amazônia (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), que, somados, ultrapassaram a quantia de US\$2 bilhões. A partir de uma pesquisa⁴ realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), entre 2003-2013, o BNDES, na área internacional de exportação, investiu cerca de 87% em obras de infraestrutura na América Latina e em compra de bens de capital:

Em 2012, o banco totalizou US\$ 2,17 bilhões em desembolsos nessa categoria (Pós-Embarque). O contrato se dá diretamente com a empresa brasileira, ou com a empresa importadora de outro país – mas com a mediação da companhia brasileira. Segundo o estudo do Ibase, de 1998 a 2012 o banco apoiou 48 projetos de infraestrutura na América Latina – todos vinculados a empresas brasileiras. **A grande líder no ranking é a Construtora Norberto Odebrecht S.A**, com mais da metade do filão. O estudo do Ibase aponta que, quando a formação de grandes empresas nacionais se tornou um dos objetivos do BNDES, a expansão da infraestrutura se tornou também um ponto essencial. “Por isso, as grandes construtoras aparecem como um dos grandes parceiros do BNDES, principalmente quando se considera as ramificações dessas empresas, atuando em diversas áreas, como mineração e produtos e insumos básicos

3 BADIN; PINTO; SISTON; TAUZ, 2010 ,p.250. Os autores também ressaltaram que entre 2003-2009, ocorreu um aumento de cerca de quatro vezes no valor dos desembolsos anuais do Banco, destacando assim a centralidade do BNDES no modelo de acumulação capitalista brasileiro (IDEM, op.cit.: 262).

4 Utilizo as informações da pesquisa mediante a reportagem de FONSECA, B. e MOTA, J. BNDES, para exportação, Disponível em: <http://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/>.

ligados a cadeia produtiva da construção civil” (...) (FONSECA e MOTA, 2013. Grifo meu).

Nesse sentido, a partir de 2003 o BNDES foi o principal propulsor da inserção do Brasil na corrida capitalista internacional⁵, aumentando sobremaneira seu patamar de atuação e ocupando um lugar de destaque, inclusive, superando no decorrer dos anos 2000, os bancos considerados promotores do desenvolvimento, como mostrado na tabela abaixo:

Tabela I. Comparativo desembolsos – U\$ Bilhões

Ano	BNDES	BID	BIRD	BID/BIRD
2005	19, 3413272	5, 328	9, 722	15, 05
2006	24, 033822	6, 489	11, 833	18, 322
2007	33, 3179321	7, 124	11, 055	18, 179
2008	50, 2561866	7, 608	10, 49	18, 098
2009	68, 782539	11, 851	18, 564	30, 415

Fonte: Demonstrativos de desembolso BNDES, BID e BIRD (BADIN; PINTO; SISTRON; TAUTZ, 2010: 261)

No ano de 2003, no início do governo Lula, o Banco passou por uma série de transformações em sua estrutura interna, inclusive com uma nova transferência de alçada, do Ministério do Planejamento para o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior⁶. No mesmo ano foi formulada uma nova linha de créditos especiais do Banco⁷, que viabilizou a expansão das empresas brasileiras via financiamento governamental:

5 Não desprezo aqui o papel dos fundos de pensão, do sistema bancário e nem dos grandes conglomerados na inserção internacional do país.

6 Estatuto do BNDES, Artigo 1º, Parágrafo Único, Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/Legislacao/estatuto_bndes.html

7 Todavia, somente em 2005, quando foram aprovadas as normas de financiamento direto internacional, que o Banco tornou-se um agente central no impulso da internacionalização das empresas brasileiras.

O objetivo do banco foi estimular a inserção externa das empresas, mas desde que promovam as exportações brasileiras. Assim, o *BNDES alterou seu estatuto*, e passou a apoiar empresas com capital brasileiro na implantação de investimentos e projetos no exterior, mas com ênfase comercial, especialmente ligados aos projetos de integração regional. O primeiro grande empréstimo deste programa foi ao frigorífico brasileiro Friboi, que comprou 85% da principal empresa de carne bovina argentina, Swift Armour, aumentando assim significativamente suas exportações totais de carne em 2005. No caso do empréstimo ao Equador para a construção da hidrelétrica de San Francisco, o BNDES forneceu um pacote fechado ao país, determinando a contratação de uma empresa brasileira para a obra (no caso, a Odebrecht), assim como a aquisição de insumos e equipamentos provenientes do Brasil. O repatriamento dos lucros feitos no exterior é outro critério importante, no entanto, não há esclarecimento sobre como estes lucros são reinvestidos no Brasil (GARCIA, 2009: 14).

O caso equatoriano acima citado é emblemático. Em 2004, o BNDES aprovou o financiamento referente à exportação de bens e serviços da Odebrecht para a construção da hidrelétrica de San Francisco, na região amazônica de Pastaza no Equador. Tal empreendimento contou com o consórcio da Alstom⁸ e da Vatech⁹.

A hidrelétrica passou a funcionar no ano de 2007 e, em 2008, apresentou inúmeros problemas, tais como rachaduras e defeitos em turbinas, o que desembocou num imbróglcio diplomático, com a emissão de dois decretos por parte do governo Rafael Corrêa em que se exigia a tomada dos bens da construtora, o término de todos

8 Grupo francês que atua na área de infraestrutura de transporte e energia. Disponível em: <http://www.alstom.com/brazil/pt/alstom-no-brasil/historia/>.

9 Empresa coreana fundada em 1992, curiosamente tal empresa tem como principal especialização criar equipamentos médicos e dentários. Disponível em: <http://www.vatech.co.kr/>.

os contratos da empresa no país e a expulsão de seus funcionários do território equatoriano¹⁰.

Na Bolívia, o Banco financiou a construção da estrada San Ignacio de Moxos (Cochabamba-Beni), em Villa Tunari, com custo de aproximadamente U\$332 milhões, acordado em 2007, no então governo Lula, com o presidente boliviano Evo Morales.

A construção da estrada foi entregue à empreiteira brasileira OAS em meio a uma situação conflituosa entre a também empreiteira Queiroz Galvão, que havia sido expulsa do país por não cumprir especificações do projeto de construção de duas rodovias no sul da Bolívia¹¹. Dois anos depois, a empresa passou a ser investigada pela controladoria geral da Bolívia sob a acusação de superfaturamento na construção da estrada¹².

Em solo peruano, o banco aprovou um empréstimo para exportação da Confab industrial S/A com destino à transportadora de gás do Peru, via *buyer's credit*¹³, ao projeto de gás Camisea, no departamento de Cuzco. Tal projeto iniciou-se também em 2003 com aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tinha como objetivo transportar gás natural e líquidos de gás natural até a área costeira do Peru no Oceano Pacífico.

O Consórcio Camisea é liderado pela argentina Pluspetrol, junto à Repsol-YPF, Sonatrach, Hunt Oil, Techpetrol e SK Energy. Durante os primeiros anos de desenvolvimento do projeto, ocorreram seis va-

10 FONSECA, Bruno e Mota, Jéssica. Na pan-amazônia, o BNDES financia obras à moda brasileira, Disponível em: <http://www.oeco.org.br/bndes-na-amazonia/27805-na-panamazonia-o-bndes-financia-obras-a-moda-brasileira>.

11 As estradas apresentavam rachaduras nas obras e utilização de asfalto no lugar de cimento, segundo apontou o governo boliviano em 2007. A Bolívia chegou a decretar prisão de um dos diretores da companhia, que fugiu do país. Ver: MAISONNAVE, Fabiano. "Bolívia quer que Queiróz Galvão refaça obra", In Folha de São Paulo, 09/09/2007

12 Disponível em: <http://www.contec.org.br/index.php/testando2/37-marco-2009/196-196>.

13 Nessas operações, os contratos de financiamento são estabelecidos diretamente entre o BNDES e a empresa importadora, com interveniência do exportador. As operações são analisadas caso a caso, podendo atender estruturas específicas de garantia e desembolso. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/produto_eximpos.html.

zamentos de gás. A localização deste empreendimento era em uma região próxima a comunidades indígenas – como a Reserva Territorial Kugapakori, Nahua, Nanti (RTKN), onde vivem os índios Nahaua, Nanti Matsigenka e Mashco-Piro.

Em fins de 2008, foi mais bem estruturada a inserção das empresas brasileiras no cenário internacional com a criação da Área Internacional¹⁴ (AINT), setor do Banco que ficou responsável pela captação de recursos externos e a estruturação de fundos direcionados para a internacionalização da economia brasileira, posto isso, a internacionalização do Banco foi projetada em vista do crescimento das empresas brasileiras fora do país, a ponto do então Presidente Lula proferir as seguintes palavras:

No começo do nosso governo, tivemos certa dificuldade para trabalhar com um banco de desenvolvimento dessa magnitude, porque tínhamos poucos recursos e pouca experiência. Foi quando veio a crise de 2008 que nós demos um grande salto, colocando 180 bilhões de reais para alavancar definitivamente o BNDES. *Ele então se transformou nesse banco extraordinário, muito maior do que o Banco Mundial.* O BNDES cresceu quatro vezes desde que entrei no governo. Hoje, nós temos um banco robusto, com capacidade de alavancar recursos, com capacidade de investimento, que pensa na grande empresa, que pensa na pequena empresa, que pensa no movimento social, que pensa nos catadores de papel (*apud* BNDES, 2012:179).

No ano de 2009 foi traçado um planejamento estratégico para a atuação do Banco para os anos de 2009-2014, em que a estrutura organizacional foi modificada com a criação de mais uma diretoria e as principais diretrizes foram:

14 A AINT foi formada contando com diversas unidades do BNDES no exterior, inicialmente com um escritório em Montevidéu (Uruguai) com o objetivo de identificar, estruturar e facilitar negócios do Brasil na América do Sul. *A posteriori*, em Londres (Inglaterra), foi inaugurado outro escritório, na forma de empresa de participações sem atividades financeiras (Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7GOBmXd6gEM&feature=youtu.be&t=1m4s>).

1. Ampliar ativos totais e fortalecer a estrutura patrimonial do BNDES;
2. Atuar de forma abrangente e com foco preciso em cada uma das áreas do Banco;
3. Enfatizar a ampliação da capacidade produtiva e a inovação; o desenvolvimento regional e o desenvolvimento socioambiental, com base em uma abordagem integrada dessas dimensões; a geração de emprego; o fortalecimento da gestão e da governança das empresas brasileiras; e o fortalecimento da presença internacional de empresas brasileiras;
4. Priorizar investimentos em infraestrutura e o desenvolvimento socioambiental, do entorno territorial dos projetos;
5. Apoiar iniciativas e investimentos de modernização de instituições, empresas e agências públicas;
6. Apoiar a formulação e a implementação das políticas de governo, inclusive as políticas regulatórias;
7. Estreitar relacionamentos com o Congresso Nacional, com os provedores de recursos institucionais públicos e com os órgãos de controle de regulação e de supervisão bancária;
8. Desenvolver, ampliar e diversificar as fontes de recursos no país e no exterior, em parceria com a indústria e o mercado de capitais (BNDES, 2012: 171).

No mesmo ano foi lançada uma nova modalidade de procedimento na habilitação de créditos a empresas, dispensando etapas de análise dos projetos de clientes considerados preferenciais (BADIN; PINTO; SISTON; TAUTZ, 2010: 254). Daí entender a proliferação de projetos com aporte do Banco a empresa Odebrecht após esta medida, como demonstrado em breve artigo publicado pelo próprio site da referida empresa:

Em 2001, a Odebrecht Peru possuía 460 integrantes e um backlog (conjunto de contratos em carteira) de US\$ 3,1 milhões. Ao fim de 2009, o número de integrantes passava de 8 mil e os negócios em carteira superavam a marca de US\$ 520 milhões. Para 2011, a projeção é ultrapassar US\$ 1 bilhão (...) . Um dos setores mais aquecidos é o portuário. Nele, a Odebrecht conquistou três projetos nos últimos anos. Depois de inaugurar o Porto de Melchorita, para exportação de gás pela Perú LNG, a empresa entregará no segundo semestre de 2010 o Molhe Sul do Porto de Callao, executado sob encomenda da Dubai Ports World (DP World), e o Porto de Bayóvar, contratado pela brasileira Vale, que escoará por ele sua produção de fosfato, utilizado para a elaboração de fertilizantes. São projetos privados, que colocam a Odebrecht Peru como a escolha dos mais diversos clientes. “Somos hoje muito competitivos na área de portos, com tecnologia e logística diferenciadas, além de termos capacidade de formação de pessoas. Outros oito portos poderão ser construídos e estamos acompanhando esse processo”, explica Jorge Barata.¹⁵

Vale ressaltar que, coadunado com a política de clientela preferencial, o governo brasileiro firmou um acordo com o governo do Peru, em junho de 2010, com vias a construção de hidrelétricas. Portanto, é neste contexto que a Odebrecht emerge como uma das maiores beneficiadas da inserção brasileira na expansão capitalista internacional.

Segundo relatório da Organização Rainforest Foundation Noruega¹⁶, a presidente Dilma assinou, em 2011, com o governo peruano um acordo para a construção de quinze usinas no país, todas financiadas pelo Banco, bem como a construção da BR-317, ou Rodovia Transoceânica, que liga ambos os países. Em 2012, a agência conseguiu superar os investimentos do Banco Mundial, desembolsando um total de R\$ 156 bilhões – o equivalente a US\$ 68 bilhões¹⁷.

15 Disponível em: <http://www.odebrechtonline.com.br/materias/02301-02400/2382/?lang=pt>.

16 Disponível em: <http://www.regnskog.no/en/home>

17 Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTSITETOOLS/0,,contentMDK:20264002~menuPK:534379~pagePK:98400~piPK:98424~theSitePK:95474,00.html>.

No quadro abaixo são apresentados alguns dos projetos financiados na Bolívia e no Equador durante o governo Dilma.

Quadro I. O BNDES e a Pan-Amazônia no governo Dilma Roussef (2010-2014)

Setor	Projeto	Localização	Ano	Construtor	Informações complementares
Hidroeletricidade	UHE Binacional Mamoré	Brasil-Bolívia	2013	Odebrecht	
Hidroeletricidade	UHE Cachuela Esperanza	Rio Beni - Bolívia	2011	Eletrobrás	
Rodoviário	Carretera Rurrenabaque-Riberalta	La Paz, Beni e Pando – Bolívia	2012	Lume	Construção e pavimentação de 588 quilômetros de estrada. Custo das obras está calculado em 223 milhões de dólares que serão financiados mediante um empréstimo 230 milhões do BNDES e do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) do Banco do Brasil, confirmado em julho de 2012.
Rodoviário	Estrada Quito-Guayaquil	Equador	2013	Odebrecht	

Hidroeletricidade	UHE Munduriacu	Rio Guayllabamba	2012	Odebrecht e Alstom	<p>Em novembro de 2012, no Rio de Janeiro, foi assinado o contrato de financiamento do BNDES para o Projeto Hidrelétrico Manduriacu, no Equador, em construção pela Odebrecht América Latina, com o valor de US\$ 90,2 milhões.</p> <p>O projeto Manduriacu, desenvolvido pela CELEC (Corporación Eléctrica del Ecuador) tem valor total de US\$ 126 milhões e está localizado a 133 km de Quito, capital equatoriana.</p>
Multimodal	Proyecto Multimodal de Recursos Hídricos Daule-Peripa	Rios Daule / Peripa-Ecuador	2012	-----	<p>Com custo aproximado de 185 milhões de dólares, o projeto visa a irrigação de 170 hectares de área cultivável e controle de inundação.</p>

(Elaborado pelo autor)

Devemos destacar aqui a intensificação das lutas de classes na região, enquanto desdobramento da atuação do BNDES e das empresas brasileiras, sendo o ano de 2014 um marco nas lutas sociais, em função da realização do Fórum Social da Pan-Amazônia e a elaboração da “Carta de Macapá” assinada por diversos movimentos sociais e indígenas afetados pelo BNDES, com intuito de propor novas políticas para a região que se chocam frontalmente com a lógica expansionista e predatória do capital.

Vale agora apresentar um breve histórico das lutas de classes na Pan-Amazônia, decorrentes desta ofensiva da internacionalização das empresas brasileiras na região, bem como as propostas ecossociais e críticas ao modelo de acumulação capitalista, assumidas pelo conjunto dos movimentos organizados e materializada nas moções da Carta de Macapá de 2014.

2. LUTAS DE CLASSES NA PAN-AMAZÔNIA E PROPOSTAS ANTI-SISTÊMICAS

A agudização dos conflitos sociais oriundos da devastação ambiental vem merecendo destaque por parte de pesquisadores das mais variadas matrizes teóricas¹⁸. No âmbito interno, as chamadas políticas “desenvolvimentistas” como o PAC e, no âmbito externo, tanto o financiamento de obras por parte do BNDES quanto às políticas do IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), vêm acompanhadas de acirramentos nos conflitos ambientais, sobretudo com os povos tradicionais (indígenas e quilombolas) na medida em que provocam uma verdadeira separação entre “Meio-Ambiente” e “Desenvolvimento”, justificando assim uma prática predatória em que o discurso do progresso “produtivista” emascula qualquer outra alternativa civilizatória.

Michael Lowy, em artigo intitulado “Lutas ecossociais dos indígenas na América Latina” (LOWY, 2014), analisou os processos de organização e resistência dos povos tradicionais, aos projetos em curso na região:

18 Ver recente coletânea: ZHOURI; LASCHEFSKIK (2010).

Assiste-se até mesmo, especialmente entre os camponeses e comunidades indígenas, a mobilizações importantes em defesa do meio ambiente, tanto mais necessárias quanto é para a periferia do sistema que são exportadas as formas de produção mais brutalmente destruidoras da natureza e da saúde das populações (...). As comunidades indígenas na América Latina encontram-se no centro da luta pelo meio-ambiente. *Não somente pelas mobilizações locais em defesa dos rios ou das florestas, contra as multinacionais petrolíferas e mineradoras, mas também propondo um modo de vida alternativo ao do capitalismo* (...) (LOWY, 2014: 6-621).

Lowy também ressaltou que, por mais imediatista que muitas das pautas indígenas engendraram, existe correlatamente um antagonismo entre a cultura, o modo de vida, os valores e a espiritualidade desses povos com a lógica do capital em transformar todos os bens comuns naturais em mercadoria. José Carlos Mariátegui nos auxilia a compreender a fundo o quadro Pan-Amazônico sob uma perspectiva marxista, pois ele ainda nos anos 1920 pensou uma articulação da tradição das lutas indígenas com o socialismo:

Por minha conta, o que afirmo é que, em relação à convergência ou articulação de “indigenismo” e socialismo, ninguém que considere o conteúdo e a essência das coisas pode surpreender-se. O socialismo ordena e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora. E, no Peru, as massas – a classe trabalhadora – são indígenas na proporção de quatro quintos (MARIÁTEGUI, 2005: 110).

Além disso, Mariátegui ressaltou a centralidade da terra enquanto principal bem a produzir e reproduzir a existência dos povos tradicionais, daí a dramaticidade das expropriações para estes povos:

A terra sempre foi toda a alegria do índio. O índio desposou a terra. Sente que ‘a vida vem da terra’ e volta a terra. Finalmente, o índio pode ser indiferente a tudo, menos à posse da terra que suas mãos e seu alento lavraram e fecundaram religiosamente” (IDEM, 2008: 63).

O escritor de origem Náhuatl, Mardonio Carballo (CARBALLO, 2016), ressaltou que o amor à terra e ao território são características constitutivas do “ser indígena”, bem como a organização coletiva, necessária para a própria sobrevivência dos diferentes povos tradicionais. Carballo também destaca as diferentes formas dos povos indígenas em se relacionar com os recursos naturais e, consequentemente, conservá-los.

Nesse sentido, as formas de dominação burguesa nos variados países Pan-Amazônicos (respeitando as suas singularidades), historicamente se constituíram no decorrer do século XIX e do XX através da coerção direta, o que muitas vezes significou o extermínio de culturas, e por outras o aliciamento dos homens e mulheres indígenas, convertendo-os a um regime precarizado de trabalho.

Nesse caso, podemos perceber uma elevação das lutas de classes na América Latina durante o século XXI, a partir da organicidade dos movimentos indígenas e, sobretudo, por estes representarem um verdadeiro enclave às expropriações na região, haja vista que seus modos de vida e tradições são inadmissíveis para a lógica de reprodução do capital.

Tais movimentos, portanto, recusariam a inserção precarizada no mercado de trabalho, assim como também resistem às investidas coercitivas das forças repressivas do Estado. Tal temática passou a ser organicamente articulada a partir do encontro de diversos movimentos sociais organizados da América Latina, no Fórum Social Mundial, em janeiro de 2009, em que o debate da agudização das problemáticas que se desenvolveram com a atuação do BNDES foi seriamente discutido, contando com a aprovação do documento intitulado: “Apelo dos Povos Indígenas ao Fórum Social Mundial de Belém diante da crise de civilização”.

No final do mesmo ano, foi construído, através da organização da Plataforma BNDES e participação de mais de cinquenta organizações e movimentos sociais brasileiros e do Equador, Peru e Bolívia, o I Encontro Sul-Americano de Populações Atingidas por Projetos dos setores de etanol, agropecuária, hidrelétricas, papel e celulose,

mineração e integração regional Financiados pelo BNDES (Instituto Mais Democracia, 2011).

Nesse encontro, o então Presidente do Banco, Luciano Coutinho sinalizou para os presentes (na sua maioria atingidos pelas obras do Rio Madeira, Belo Monte e diversas populações tradicionais da Bolívia, Peru e Equador) que implementaria uma política de “preocupação socioambiental” que minimizasse os possíveis danos na natureza.

Tal política ambiental se tornou inviável na medida em que os interesses do BNDES e das grandes corporações que expropriam as populações tradicionais e devastam a natureza estão altamente imbricados, sendo, portanto, políticas socioambientais compensatórias para justificar a continuidade deste modelo, mais conhecido como “economia verde”, que apropria os recursos da natureza essenciais à reprodução da existência humana em larga escala, impactando de maneira desigual a biodiversidade, haja vista que as áreas mais pobres são as que mais sofrem¹⁹.

O modelo conhecido como “Economia Verde” representa uma estratégia fundamental do capitalismo contemporâneo, na medida em que não nega os problemas ambientais, como as alterações climáticas ou o desmatamento, mas buscam lucrar ainda mais com as “soluções” paliativas para tais problemas. A Conferência Marco das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, realizada em Copenhague - 2009, chamada COP15, marcou a vitória dessa nova estratégia: aproveitar-se da crise ambiental para produzir mais lucros, mesmo que isso aprofunde o problema.

Mas só na COP16, em Cancun, México, no ano seguinte, é que os governos afins fecharam um grande acordo: transformar a natureza em mercadoria, passível de ser vendida, comprada e especulada (Publicação Jubileu Sul, 2012).

19 A redução da biodiversidade, o envenenamento das águas e principalmente o desmatamento na Amazônia brasileira, também afetam o conjunto dos países da Pan-Amazônia, na medida em que tem alterado o regime de chuvas na região, prejudicando assim a produção de grãos nos chamados “rios voadores”. Disponível em: <http://riosvoadores.com.br/o-projeto/fenomeno-dos-rios-voadores/>.

No mesmo ano de 2010, ocorreu outro importante encontro, todavia promovido pelos povos indígenas, onde a discussão da pauta ambiental e anticapitalista tomou uma substancial proporção: A Conferência dos Povos de Cochabamba (Bolívia). Nesse encontro, foi redigido um documento cujo extrato aqui citado é lapidar no que diz respeito à agenda dos povos tradicionais:

O sistema capitalista nos impôs uma lógica de concorrência, de progresso e de crescimento ilimitado. Esse regime de produção e de consumo é a procura do lucro sem limites, separando o ser humano do meio ambiente, estabelecendo uma lógica de dominação da natureza, convertendo tudo em mercadoria: a água, a terra, o genoma humano, as culturas ancestrais, a biodiversidade, a justiça, a ética, os direitos dos povos, a morte e a própria vida (*apud* LOWY, 2014: 67).

No que tange às lutas específicas contra os empreendimentos tocados por empresas brasileiras com aporte do BNDES, é significativo o caso da desistência da Odebrecht, em 2011, em construir uma hidrelétrica na Amazônia peruana, após massivos protestos de grupos indígenas, haja vista que tal obra deslocaria cerca de 14 mil habitantes da região²⁰.

Outro caso emblemático foi o cancelamento (2012) do contrato da OAS por parte do governo boliviano de Evo Morales para a construção da estrada Villa Tunari, citada anteriormente, que previa cruzar o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS).

Em agosto de 2011, a Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) e outras organizações iniciaram uma marcha em oposição ao projeto que durou meses e enfrentou prisões e espancamentos de manifestantes. Em outubro do mesmo ano, Evo Morales acabou pro-

20 “Pressão indígena faz Odebrecht desistir de hidrelétrica no Peru”, In: Valor Econômico, 24/11/2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/1110022/pressao-indigena-faz-odebrecht-desistir-de-hidreletrica-no-peru>.

mulgando uma lei que impedia a rodovia de passar por TIPNIS e o declarava como território intangível²¹.

Em 2014, no município de Macapá-AP, ocorreu o VII Fórum Social Pan-Amazônico²² em que, na Carta final, foram rechaçados os projetos considerados predatórios ao meio-ambiente e o atual modelo de “integração regional”:

A Terra, nossa casa comum, se encontra ameaçada por uma hecatombe climática sem precedentes na história. O derretimento dos glaciares dos Andes, as secas e inundações na Amazônia, são apenas os primeiros sinais de uma catástrofe provocada pelos milhões de toneladas de gases tóxicos lançadas na atmosfera e os danos causados à Natureza pelo grande capital, através da mineração descontrolada, a exploração petrolífera na selva e o agronegócio. Tal situação é agravada pelos megaprojetos, integrantes do IIRSA, como são a construção de hidrelétricas nos rios amazônicos e as grandes rodovias que destroem a vida de povos ancestrais, criando novos bolsões de miséria.

(...) Construimos a aliança entre os povos da floresta, dos campos e das cidades. Fazem parte de nosso patrimônio comum a luta dos camponeses pela terra, os direitos dos pequenos agricultores à assistência técnica, crédito barato e simplificado, e os

21 Disponível em: <http://www.oeco.org.br/bndes-na-amazonia/27805-na-panamazonia-o-bndes-financia-obras-a-moda-brasileira>. Outra importante referência de luta indígena na Bolívia é o caso da usina hidrelétrica de cachoeira esperança. Para tanto, ver: MORAES, Renata Albuquerque de, “Impactos na Bolívia do desenvolvimentismo brasileiro: o caso da cachoeira esperança”, 36º Encontro anual da ANPOCS, 2012.

22 O FSPA é um encontro que busca articular os movimentos sociais, comunidades tradicionais e povos originários dos nove países da Bacia Amazônica: Brasil; Equador; Venezuela; Bolívia; República Cooperativa da Guiana; Suriname; Colômbia; Peru e Guiana (Francesa). O I FSPA ocorreu no ano de 2002, em Belém/PA; o II FSPA também ocorreu em Belém, no ano seguinte, 2003; o III FSPA ocorreu na Venezuela, em Ciudad Guayana, no ano de 2004; o IV FSPA ocorreu em Manaus/AM, em 2005; o V FSPA ocorreu em Santarém, oeste do Pará/Brasil, em 2010; e o VI FSPA ocorreu na cidade de Cobija/Bolívia, em 2012. O FSPA tem como principais objetivos: aproximar culturas; quebrar o isolamento das lutas de resistência, portanto, a fragmentação das lutas; fortalecer o combate antiimperialista; desenvolver a autonomia dos povos; promover a justiça social e ambiental; opor-se aos modelos de desenvolvimento predatórios e daninhos aos povos que vivem na Pan-Amazônia; e discutir alternativas que construam a justiça e a igualdade social, entre outros. Disponível em: <http://foropanamazonico.wordpress.com/historiaprincipios/>.

justos reclamos por saúde, educação, transporte e habitação dignos para todos.²³

Houve ampla participação de movimentos sociais e indígenas organizados, levando assim pautas estruturadas e propositivas para o Fórum. Segue um quadro com algumas das principais organizações participantes deste encontro:

Quadro 2. Organizações que participaram do Fórum Social da Pan-Amazônia

AIDSEP	Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana
CAOI	Coordenadora Andina de Organizações Indígenas
CCP	Confederação Camponesa do Peru
CIDOB	Central Indígena del Oriente Boliviano
CONAP	Confederação das Nacionalidades Amazônicas do Peru
CONAICE	Confederação de Nacionalidades Indígenas da Costa Equatoriana
CONAIE	Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador
CONACAMI	Confederación Nacional de Comunidades del Perú Afectadas por la Minería.
CONFENIAE	Confederación de las Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana
CPESC	Coordenadora de Povos Étnicos de Santa Cruz
CSUTCB	Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses de Bolívia

Elaboração do próprio autor

O Fórum também aprovou quinze moções que, na sua grande maioria, versam acerca da energia limpa e da crítica ao modelo das hidrelétricas financiadas pelo BNDES, tais como a do Rio Madeira e de Jirau, obras transfronteiriças ameaçadoras para os modos de vida das populações tradicionais. Na Bolívia, por exemplo, nos rios Madre Dios e Beni, 62 pessoas morreram em decorrência da inundação, intensificada pelas barragens do Rio Madeira²⁴.

23 Comitê de articulação do Fórum. Disponível em: <http://foropanamazonico.wordpress.com/historiaprincipios/>

24 Disponível em: <http://foropanamazonico.wordpress.com/2014/06/03/moco-es-aprovadas-no-vii-forum-social-panamazonico/>.

Todavia, são as moções seis e sete que abordam de forma mais detida o objeto aqui apresentado:

6- MOÇÃO DE DENÚNCIA: O governo brasileiro continua com seu plano megalomaniaco de construção de mais de 30 grandes empreendimentos energéticos na Amazônia Brasileira e ainda participa na construção de hidrelétricas em países como Bolívia, Perú, Ecuador, com o intuito de aquecer as empresas brasileiras que vivem da especulação da miséria do povo Panamazônico em prol de seus lucros. (...) Conclamamos a Aliança dos 4 Rios da Amazônia para levar este caso à Corte Internacional incriminando o Governo Federal, estaduais e municipais.

7- MOÇÃO DE DENÚNCIA: Denunciamos a cumplicidade dos Estados que aprofundam nas últimas quatro décadas a arquitetura da impunidade por meio da implementação de instrumentos de proteção e promoção dos interesses das empresas transnacionais a partir de Parcerias público-privadas; Financiamento público direto no marco do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Brasil (por exemplo, via BNDES) e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA).²⁵

Em suma, além do conjunto de lutas aqui apresentado, o Fórum Social Pan-Amazônico de 2014 solidificou um processo dinâmico, ainda em curso, de unificação das lutas, resistências e projetos que apontam para um caminho antagônico ao da devastação da natureza através da ação do capital. É no sentido propositivo e, principalmente, na conflituosa relação de oposição aos projetos das frações dominantes do capital, que as lutas de classes travadas pelos povos tradicionais assumem um objeto de suma importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, tentamos aqui demonstrar a incompatibilidade entre a expansão do capital e o meio ambiente, sobretudo com as

25 Disponível em: <http://foropanamazonico.wordpress.com/2014/06/03/moco-es-aprovadas-no-vii-forum-social-panamazonico/>

formas tradicionais de vida, representando, inclusive, a possibilidade de destruição destas e da própria natureza. A expropriação dos povos tradicionais ainda está em curso, portanto, este é um tema ainda inconcluso, com lutas latentes e de caráter imediato. A lógica de expansão do capital se confronta com a ideia do bem-viver indígena. A primeira apregoa que tudo deve se converter em recurso — ambiental, territorial, humano — e a segunda prioriza a vida.

A lógica do bem-viver indígena fundamenta-se numa visão de compartilhamento de espaços e de solidariedade entre as pessoas. Devemos salientar que a organicidade e o esforço de unificação das lutas dos povos indígenas vêm extrapolando o âmbito local, criando assim redes de solidariedade internacionais, o que fortalece e impulsiona o conjunto das lutas contra o capitalismo na contemporaneidade.

A política de financiamento do BNDES as multinacionais brasileiras na Pan-Amazônia cria e recria permanentemente condições periféricas e expropriatórias nessas localidades, coadunando-se com a agenda da *Economia Verde*, que ocupou significativa quantia nos desembolsos do banco ao longo dos últimos anos, indicando que o comprometimento desta plataforma econômica não é a preservação e a coexistência entre homens e o meio ambiente, mas sim a sua exploração com vias a obtenção de lucros.

REFERÊNCIAS

BADIN, Lucina; PINTO, João Roberto Lopes; SISTON, Felipe; TAUTZ, Carlos. “O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário”, (Orgs.) BADIN, Lucina et al. In: *Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). *BNDES: Um banco de histórias e do futuro*. 2012. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes_60anos_um_banco_de_historia_e_do_futuro.html>. Acesso em 01/03/2013.

_____. *Estatuto do BNDES*, In: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/Legislacao/estatuto_bndes.html

CARBALLO, Mardonio. Ser indígena en tiempos neoliberales, In: *Desinformemos*, México, 13 de abril de 2016. Disponível em: < <http://desinformemos.org.mx/ser-indio-y-defender-la-tierra-entrevistas-a-mardonio-carballo-y-francisco-lopez-barceñas/>>. Acesso em: 16/01/2016.

Cartilha Economia Verde: A nova cara do capitalismo. Publicação Jubileu Sul, 2012, In: <http://www.pacs.org.br/2013/02/07/economia-verde-a-nova-cara-do-capitalismo/>

FONSECA, Bruno e MOTA, Jéssica. *BNDES, para exportação*, In: <http://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/>. São Paulo, 28 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/>>. Acesso em 28/11/2013.

_____. *Na pan-amazônia, o BNDES financia obras à moda brasileira*, São Paulo, 28 de novembro de 2013. Disponível em: In: <<http://www.oeco.org.br/bndes-na-amazonia/27805-na-panamazonia-o-bndes-financia-obras-a-moda-brasileira>>. Acesso em 28/11/2013.

GARCIA, Ana Saggioro. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: GARCIA et al. (Orgs.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

Instituto Mais Democracia. A Plataforma BNDES e a nova centralidade do Banco. In: *Contribuição da Equipe do Instituto Mais Democracia para a revisão do Documento da Plataforma BNDES*. 15.12.2011. Disponível em: <http://www.maisdemocracia.org.br/wpcontent/uploads/2012/04/APlataformaBNDESeanovacentralidadedoBanco.pdf>

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa (Orgs.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LOWY, Michael. Lutas ecossociais dos indígenas na América Latina. In: *Crítica Marxista*, n. 38, p. 61-69, 2014.

MAISONNAVE, Fabiano. Bolívia quer que Queiróz Galvão refaça obra. In: *Folha de São Paulo*, 09/09/2007.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. (seleção de Michael Löwy). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2008.

MORAES, Renata Albuquerque de. Impactos na Bolívia do desenvolvimento brasileiro: o caso da cachoeira esperança, In: *36º Encontro anual da ANPOCS*, Anais do Encontro, 2012. Disponível em: <<http://portal.anpocs.org/portal/>>.

MURAKAWA, Fabio. Pressão indígena faz Odebrecht desistir de hidrelétrica no Peru. In: *Jornal Valor Econômico*, página A4, 24/11/2011.

LINKS USADOS

<http://www.alstom.com/brazil/pt/alstom-no-brasil/historia/>

<http://www.vatech.co.kr/>

<http://www.contec.org.br/index.php/testando2/37-marco-2009/196-196>

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/produto_eximpos.html

<http://www.youtube.com/watch?v=7GObMXd6gEM&feature=youtu.be&t=1m4s>

<http://www.odebrechtonline.com.br/materias/02301-02400/2382/?lang=pt>

<http://www.regnskog.no/en/home>

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTSITETOOLS/0,,contentMDK:20264002~menuPK:534379~pagePK:98400~piPK:98424~theSitePK:95474,00.html>

<http://riosvoadores.com.br/o-projeto/fenomeno-dos-rios-voadores/>

<http://foropanamazonico.wordpress.com/historiaprincipios/>

<http://foropanamazonico.wordpress.com/2014/06/03/mocoes-aprovadas-no-vii-forum-social-panamazonico/>

<http://foropanamazonico.wordpress.com/2014/06/03/mocoes-aprovadas-no-vii-forum-social-panamazonico/>